



RELATÓRIO 05/2016

23/05/2016

Local: Associação dos Servidores da Fundação CAPES

Data: 12 e 13 de maio de 2016

**ENTIDADES PRESENTES:** AFINCA, SINDSEP-MG, ASCON-RJ, ASSEC-PC-GO, ASCAPES e SINDCT.

#### ATIVIDADES

O principal assunto de pauta foi a chamada da Condsef para o Encontro Nacional dos Servidores da C&T. No entanto, também foram levantadas as questões pendentes do Fórum de C&T e deliberados pequenos encaminhamentos possíveis.

#### PREPARATÓRIA DO ENCONTRO NACIONAL

O Fórum consertou com os delegados os assuntos a serem defendidos no Encontro Nacional dos Servidores da C&T. Foi consensualizado que o contexto político decorrente do governo Temer exige a união das representações.

Concluiu-se pela pertinência de se assumir uma pauta geral, em torno da Condsef, sem, no entanto, deixar de considerar as especificidades das Carreiras de C&T.

Foi conduzida uma discussão a respeito do PLP-257, em que foram apontados ataques aos direitos dos servidores. Ao contrário do que estava estabelecido como entendimento no Fórum, foi alertado para a presença de fortes ataques, não somente aos servidores públicos estaduais e do DF, mas também aos servidores da União. O assunto foi tratado de forma minimamente suficiente para acolher este entendimento, mas carece de estudo mais aprofundado.

Outros projetos de lei que impactam as condições de trabalho dos servidores são a PEC 139, que trata da extinção do Abono de Permanência; o PL 4250, que encaminha o reajuste salarial dos servidores acordado (5,5% em agosto/2016 e 5% em janeiro/2017).

Quanto ao restante, será mantida a mesma pauta da campanha anterior, apenas acolhida a questão da criação de escola de governo para a área de C&T.

#### ASSUNTOS PENDENTES DO FÓRUM

Foram avaliadas as pendências de deliberações das últimas reuniões conforme exposto a seguir:

1. **Abaixo-assinado sobre a reforma administrativa do MCTI**

O abaixo assinado não foi encaminhado devido à baixa representatividade relativa a entidades que entregaram listas. Considera-se que a causa perdeu objeto, uma vez que a proposta do MCTI não foi aceita pelo MPOG. O advento do impeachment inviabiliza a continuidade da ação.

2. **Documento aos parlamentares**

Igualmente, ficou prejudicada a iniciativa de elaborar documento aos parlamentares alertando sobre a inconveniência da reforma administrativa do MCTI.

3. **Comitês de Busca no âmbito do MCTI**

A secretaria do Fórum considera que a proposta elaborada pela ASCON-RJ está madura e restaria apenas encaminhar protocolo ao MCTI. Dado o novo contexto, de novo governo e novo ministro, oferta-se o texto às entidades uma última chance de avaliar e contribuir com sugestões. O texto está apresentado anexo. Prazo limite: até a próxima reunião do Fórum de C&T, quando será protocolada, modificada ou na forma como está.

**4. Reestruturação da Comissão de Plano de Carreira (CPC) das Carreiras de C&T**

Igualmente ao item anterior, a secretaria do Fórum considera que a proposta, também elaborada pela ASCON-RJ está madura e restaria apenas encaminhar protocolo ao MCTI. Dá-se ao tema o mesmo encaminhamento, ou seja, o texto está anexado para críticas e sugestões até a próxima reunião do Fórum de C&T.

**5. Defesa da criação, pelo governo, de uma Escola de Governo na área de C&T**

Este tema é de quase único domínio da ASCT, que deverá apresentar a proposta. O Fórum foi informado que a SEXEC (Emilia Curi) teria avançado no assunto com a colaboração da ASCT.

**6. Previsão de representantes dos servidores no Conselho do FNDCT**

Chegou ao Fórum de C&T a informação de que já existe esta representação e que a mesma estaria sendo suprida pela Condsef, o que não foi confirmado. A Secretaria buscará esta informação junto à Confederação.

**7. Debates e definições em torno da lei nº 13.243/16 (Marco Legal da C&T)**

Acompanhar e interferir nas discussões sobre os sete vetos da presidenta Dilma à Lei. Responsáveis: Assint (a consultar), Ascon-RJ, ASCT e SindCT.

**INFORMES DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA C&T**

A discussão de conjuntura concluiu pela necessidade de união das entidades de representação a fim de fazer frente aos muitos prováveis ataques aos direitos dos servidores. Concluiu-se por oportuno se encaminhar pauta unificada de reivindicações nesta campanha.

As diversas análises dos participantes conduzem a um estado comum de problemas que enfrentam as instituições de C&T, expressas em termos de Crise de Projetos, de Missão Institucional, e de Quadros de Força de Trabalho. É ponto pacífico que é necessário recompor e implantar política de manutenção dos quadros.

Foi dado grande destaque à necessidade de cuidar dos trâmites dos projetos de lei que impactam os direitos dos servidores. Destaque ao PLP 257, como o maior ataque aos direitos dos servidores. Foi alertado sobre a ameaça sobre o reajuste salarial acordado na última negociação salarial; o PL 4250 está paralisado na Câmara. Também foi destacada a PEC 139, do fim do Abono Permanência, que causará tremenda redução da força de trabalho das instituições.

**Solicitação de Audiência com o Ministro de C&T**

Anexa a solicitação protocolada de audiência do Ministro Gilberto Kassab.



**Ivanil Elisiário Barbosa - Relator**